



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – FATECS
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

DIREITO, CIDADANIA E CONTATOS

**Um estudo sobre o conteúdo jornalístico do programa
Contatos da TV Justiça na perspectiva do serviço público**

Julita Kissa Leite de Melo

RA: 2046232/8

Orientador: Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, Maio de 2008

Julita Kissa Leite de Melo

DIREITO, CIDADANIA E CONTATOS

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em comunicação social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Professor Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, Maio de 2008

Julita Kissa Leite de Melo

Direito, Cidadania e Contatos

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em comunicação social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira

Orientador

Prof. Ellis Regina Araújo

Examinador

Jornalista Tatiana Cochlar

Examinador

Brasília, Maio de 2008.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar se o conteúdo informativo do programa Contatos da TV Justiça oferece informação de valorização da cidadania. Com sede no STF, em Brasília, a TV Justiça entrou no ar no dia 11 de agosto de 2002. É um canal de televisão público coordenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tem como finalidade ser um espaço de comunicação entre cidadãos e Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia. O “Contatos” se caracteriza como um programa de entrevista. Nele, por edição, participam o apresentador, dois especialistas do Direito e um entrevistado de área distinta à advocacia. O objetivo do programa Contatos é o de colocar especialistas da área jurídica em contato com a realidade de trabalho de outros profissionais. Para analisar o conteúdo informativo do programa contatos foi feita a análise de oito programas Contatos exibidos no segundo semestre de dois mil e sete e primeiro semestre de dois mil e oito.

Palavras-chave: TV Pública, TV Justiça, Cidadania, Linguagem de televisão.

Sumário

1. Introdução	4
1.1 Mais que um aparte	4
2. TV Pública no Brasil	7
2.1 O desafio da TV Justiça	10
3. A linguagem de Televisão	14
3.1 “Contatos” de primeiro grau	16
4. O papel social do Jornalista	19
5. Análise dos Programas	21
5.1 Tema: A profissão professor	21
5.2 Tema: A rotina jornalística de rádio	23
5.3 Tema: A difícil vida no circo	25
5.4 Tema: Aquecimento Global	26
5.5 Tema: Os cuidados dos profissionais da voz	28
5.6 Tema: A vaidade com os cabelos	30
5.7 Tema: A paixão pelo cinema	32
5.8 Tema: Tratamento do câncer com menos agressão	34
6. Conclusão	37
Referencial Bibliográfico	38

1. Introdução

1.1. Mais que um aparte

De um lado, um advogado cheio de perguntas. Do outro, um profissional Direito à espera de um segundo de silêncio para emplacar questionamentos. No centro, um cidadão falando sobre rotina e leis. Não. Esse não é o cenário de um tribunal. Essa, sim, é rotina do programa “Contatos”, veiculado pela TV Justiça, há quatro anos e objeto de estudo desta pesquisa.

Antes de ingressar na temática principal deste trabalho, é necessário contextualizar o leitor como surgiu o interesse pelo tema. A comunicação revolucionou o mundo, porque pôde aproximar o homem do direito a democracia. O jornalista, profissional da área, que ao desempenhar os deveres de responsabilidade, credibilidade e verificação das informações, permitiu à sociedade conhecer o que é de interesse público.

A chegada da televisão foi um marco na história do jornalismo brasileiro e também teve destaque pela possibilidade de entretenimento com os programas de auditório e novelas. Ela foi inaugurada por Assis Chateaubriand no dia 18 de setembro de 1950, com a transmissão da TV Tupi, canal 3. E por isso, já entrava para história da comunicação por ser pioneira na América Latina. Mas com o passar dos anos, a TV mudou as relações humanas.

É pela TV que as crianças ingressam no mundo do consumo, aprendendo a desejar mercadorias. É por

ela que os adolescentes aprendem a namorar, que as donas-de-casa descobrem como decorar a sala. A Televisão consolida, com suas novelas, seus noticiários e seus programas de auditório, os trejeitos e gestos dos apaixonados nas cidades do interior, o modo de vestir, de olhar ou não para o vizinho. (BUCCI, 1997, p.12)

Durante os quase cinqüenta anos de televisão brasileira, notou-se que ela é capaz de influenciar no comportamento das pessoas. E por isso, poderia também ser um instrumento de educação. Desenvolveram-se as emissoras, cujo papel principal é o de informar o cidadão, a televisão pública. Exemplos mais conhecidos hoje são: NBR, TV Brasil, TV Câmara e TV Senado.

A televisão pública é o instrumento de transparência. Diferente das televisões comerciais que respondem aos seus proprietários quais foram os índices de audiência e o lucro da empresa. Ela aproxima do cidadão o direito de informação com responsabilidade social, democrática e cidadã.

Comunicação de interesse público é toda ação de comunicação que tem como objetivo primordial levar uma informação a população que traga resultados concretos para se viver melhor e entender melhor o mundo. Na comunicação de interesse público, os beneficiários diretos e primordiais da ação sempre

serão a sociedade e o cidadão”. (COSTA, 2006, p. 20).

A TV Justiça é a primeira emissora de televisão do setor jurídico. De acordo com o que foi apurado para este trabalho, é um canal de televisão público, de caráter não lucrativo, coordenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). É exibido no canal aberto 53. Na grade de programação, em 2008, ano em que esta pesquisa foi feita, os programas de maior audiência eram: Aula Magna, Caderno D, Direito em Debate, Defenda sua Tese, Jornal da Justiça, Entenda o Direito, Via Legal, Justiça em Ação, Conhecendo o Ministério Público.

O objetivo deste trabalho é justamente o de analisar o conteúdo do programa Contatos, da TV Justiça, sob a perspectiva de verificar se oferece informação de valorização da cidadania.

Como amostragens desta pesquisa, serão analisados oito programas exibidos no segundo semestre de 2007 e no primeiro trimestre de 2008.

No decorrer deste estudo, serão explicitadas informações concernentes à atuação e os princípios da TV Justiça, como essa relação se dá com a linguagem televisiva, qual o formato do programa Contatos e análises sistemáticas da amostragem utilizada. Como, afinal, se fazem os “contatos” entre o mundo do Judiciário e a sociedade que precisa de traduções dos seus direitos.

A linguagem usada por juízes, advogados e até mesmo professores do Direito ainda é distante da linguagem coloquial, a qual é compreendida e se aproxima da

sociedade, da massa que em grande parte desconhece os seus direitos como cidadão. Entre os programas da grade horária de exibição o “Contatos” se destacou pelo formato e linguagem. De acordo com a análise feita por esta pesquisadora, é o que mais se aproxima do telespectador comum pelo uso da linguagem coloquial e pela tentativa de se distanciar da linguagem jurídica pouco compreendida até mesmo por jornalistas que trabalham na área.

Em cada programa Contatos são convidados dois especialistas do Direito para entrevistar e conhecer a rotina de trabalho e também as dificuldades de um profissional que não participa do mundo do Direito. O objetivo desse programa de entrevista é a de que o apresentador seja apenas um mediador da conversa.

2. TV Pública no Brasil

Conteúdo de qualidade, pertinente e que interfira no modo de viver da sociedade é informação de interesse público. Esse é um dos desafios da televisão pública no Brasil.

A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se auto-governar. (KOVACH, 2003, p. 31)

No livro *I Fórum Nacional TV's Públicas: Relatórios de trabalhos dos grupos temáticos* é possível observar que na evolução da história da Televisão pública no Brasil consolidou-se um objetivo comum de (2007,p.27)“promover educação do homem para a vida, cobrindo um amplo leque de interesses da sociedade, principalmente as artes, o esporte, a saúde pública, além da educação, da cultura, do entretenimento e da informação jornalística”.

De acordo com informações contidas no livro *O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade* (2003, p.56) a primeira emissora educativa a entrar no ar no Brasil foi a TV Universitária de Pernambuco em 1967. Depois surgiram outras experiências significativas em televisão pública, como a TVE do Ceará, TVE do Maranhão e a TVU do Rio Grande do Norte que se destinavam aos programas

didáticos. Nos anos 70 e 80, as emissoras públicas priorizavam a veiculação de caráter essencialmente educativo.

Alexandre Fradlkin, representante do Brasil na reunião mundial de televisões públicas (2003, p. 61) diz que em 1997 surge a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC). “No ano seguinte as emissoras integrantes da ABEPEC criaram a Rede Pública de Televisão (RPTV), que tinha como objetivo estabelecer uma grade de programação comum e obrigatória para as emissoras associadas”.

No exterior são vários os exemplos de televisões públicas. As mais conhecidas são a inglesa BBC, a norte-americana PBS e a japonesa NHK. O elemento comum entre essas três emissoras é que elas são financiadas pelo dinheiro do contribuinte, pessoa física e jurídica. De acordo com informações em um artigo sobre TV Pública do *Observatório da Imprensa* a BBC de Londres recebe o equivalente a quinhentos e trinta e cinco reais por cada cidadão que tenha aparelho televisor. Outra característica é que os seus programas não sofrem influência direta dos interesses governamentais.

No Brasil e no mundo o comprometimento com o interesse público é o aspecto comum entre as televisões públicas. O telespectador não é somente um consumidor de notícias.

As empresas públicas de comunicação difundem o jornalismo de reflexão e não de reflexo, como objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade,

proporcionando o desenvolvimento do espírito crítico e estimulando uma participação política e social ativa. É uma contribuição para que o cidadão seja o sujeito e não o objeto da história. (BARBEIRO, 2002, p. 36)

A tevê pública tem compromisso com a sociedade e não tem fins lucrativos. Em contrapartida, uma emissora comercial atende aos interesses do detentor do veículo de comunicação, ao anunciante e em último lugar à sociedade. A dependência direta das verbas publicitárias é o condutor das pautas de reportagens. O jornalista responde ao patrão, ou seja, aos interesses da empresa. Se o lucro diminuiu, algo deve ser feito. Essa realidade compromete, muitas vezes, a qualidade da informação.

A condição de não depender fundamentalmente de verbas publicitárias e conseqüentemente buscar a audiência que justifique esses investimentos, permite que a emissora pública tenha um ritmo próprio de produção de reportagens que incitam a reflexão. Obviamente a TV pública quer audiência, mas não faz concessões ao sensacionalismo como algumas empresas privadas de comunicação. (BARBEIRO, 2002, p. 36)

O Manual de Telejornalismo, de Heródoto Barbeiro, mostra que a TV Pública (2002, p.35) persegue “o interesse público regido pela ética do cidadão, assume uma pauta pluralista e não são administradas pelo governo, como as emissoras estatais”.

A emissora pública tem o objetivo de conquistar por meio da programação a sociedade, diferentemente das emissoras comerciais que visam o mercado. (2002, p. 35) “as televisões públicas, como a TV Brasil e a TV Cultura (SP) entendem que o alcance ao telespectador é um processo lento, gradativo e que é reflexo da credibilidade que o veículo ganha com o telespectador”.

Heródoto Barbeiro (2002, p.35) garante que a imagem da emissora pública se dá no tratamento dos conceitos básicos do bom jornalismo. Leveza, objetividade, profundidade e agilidade. As notícias devem trabalhar os elementos de curiosidade, surpresa, beleza e relevância. Busca no popular, nas fontes alternativas e autônomas de saber para fundamentar as reportagens.

O oficialismo é característica geral do jornalismo brasileiro, que privilegia fontes oficiais ou detentores de algum grau de autoridade. (KUCINSKI, 2000, p. 35)

De acordo com o *I Fórum Nacional de TV's Públicas* as televisões dos poderes públicos seguem alguns padrões. Abaixo dois itens:

a) Ser, para o telespectador a principal referência de cada Poder, oferecendo programação extensiva e especializada sobre sua área de atuação. b) buscar padrões estéticos para garantir a isenção e para não beneficiar causas pessoais, de partidos e de autoridades. {Exemplo: durante o período eleitoral, a

exposição de um parlamentar que seja candidato a reeleição pode beneficiá-lo em relação a outros candidatos. O mesmo pode se verificar em relação às televisões dos poderes Executivo e Judiciário). (BUCCI, 2007, p. 18)

2.1. O desafio da TV Justiça

De acordo com informações contidas no endereço eletrônico da TV Justiça www.justica.gov.br, ela é definida como um canal de televisão público, de caráter não-lucrativo, coordenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A finalidade desta televisão é ser um espaço de comunicação entre cidadãos e Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia.

Para o secretário de comunicação da TV Justiça, Renato Parente, a TV Justiça transcende os padrões de uma televisão pública. A emissora da justiça brasileira é o reflexo dos trabalhos internos do Supremo Tribunal Federal. E por isso, pode ser classificada como uma TV pública - institucional.

À convite do ministro Marco Aurélio, Renato Parente assumiu a direção da comunicação do STF em 2001. Naquela época já havia um debate institucional sobre a criação de uma televisão do judiciário.

O instrumento legal de criação da TV Justiça é a Lei 10.461 de 17 de maio de 2002, que modificou a Lei 8.977, de maio de 1995, a “Lei a Cabo”, denominada por regulamentar o funcionamento das emissoras de TV por assinatura.

Com sede no STF, em Brasília, a TV Justiça entrou no ar em 11 de agosto de 2002. Além do sistema a cabo por satélite (DHT), o sinal da TV Justiça também pode ser captado por antenas parabólicas, canal 53.

A administração da TV Justiça está sob a responsabilidade de um Conselho Estratégico, órgão de assessoria ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes à questões que envolvam a TV Justiça. A outra instância deliberativa é o Comitê Editorial, voltado para as questões de forma e conteúdo da programação.

No início da TV Justiça a infra-estrutura era modesta. Em 2002, apenas 35 profissionais trabalharam na construção dessa televisão. O carro chefe dessa televisão era a veiculação das sessões do pleno, o telejornal e os programas de entrevista e debates. Já em 2008, ano que essa pesquisa foi feita, a TV Justiça já contava com cerca de 170 profissionais, entre eles jornalistas e radialistas.

A produtora Alana Pontes, do programa Contatos, em entrevista para esta pesquisa, disse acreditar que a TV Justiça trabalha com base em cinco eixos editoriais: Jornalismo, Educação, Cidadania, Prestação de Serviço e Cultura.

No *Manual de Redação e Produção da TV Justiça* os cinco eixos editoriais são bem descritos:

Jornalismo: compreende a informação institucional do Supremo Tribunal Federal e do Sistema Judicial, e a informação jornalística pertinente, nacional e internacional. Educação: compreendendo o ensino, aperfeiçoamento e capacitação permanente dos profissionais, professores, estudantes e todos os

cidadãos na defesa e prática dos direitos. Cidadania: compreendendo a conscientização, o debate e a mobilização do próprio sistema judicial dos profissionais do Direito, dos usuários da Justiça e da população em torno da Justiça, da ética, da democracia e do desenvolvimento social. Prestação de serviço: compreendendo a colaboração para o acesso aos serviços públicos jurídicos ou não. Cultura: compreendendo a ampliação do olhar do cidadão sobre o mundo em que ele vive e incentivando as produções independentes. (2007, p. 10)

Segundo Renato Parente, a TV Justiça tem a missão de expressar os trabalhos realizados pela Justiça do Brasil. “A cidadania é a consequência por levarmos informação. A TV Justiça é uma janela aberta para a sociedade entender como a justiça funciona”. Ele ainda destaca que o desafio dessa TV é de consolidar uma comunicação institucional de qualidade e levar conteúdo importante ao contribuinte, à sociedade.

O secretário de comunicação da TV Justiça acredita que essa tevê preenche a lacuna deixada pelas televisões comerciais em relação às notícias ligadas às questões jurídicas.

Com a abertura cada vez maior dos julgamentos públicos na sua essência. A imprensa passou a realizar a cobertura dos processos que dizem respeito mais de perto aos interesses da sociedade. Daí esbarrou nos termos técnicos e nas dificuldades de

passar uma informação inteligível para o seu público consumidor. (BENCKE, 2006 p. 31)

Com a criação da TV Justiça o telespectador vivencia o dia-a-dia do Judiciário brasileiro. A emissora tem a pretensão de ensinar as pessoas a buscar a Justiça para defender os seus direitos. A perspectiva de trabalho da TV Justiça é o de informar, esclarecer e ampliar o acesso à Justiça. É denominada como instrumento preocupado com a transparência do Poder Judiciário com a transmissão das ações e decisões desse setor.

Dentro da programação o objetivo principal é mostrar a visão do conjunto da Justiça. Os programas traduzem a linguagem especializada do Direito para o público leigo.

Em entrevista para esta pesquisadora Renato Parente acredita que os temas que também são tratados nas emissoras comerciais ganham maior espaço para debate e esclarecimento. Ele conta que ainda são veiculados na TV Justiça a transmissão de julgamentos, programas de debates, seminários ou conferências.

Com base nas informações colhidas na pesquisa de satisfação do público pelo endereço eletrônico da TV Justiça www.tvjustica.gov.br os programas mais assistidos são: Aula Magna, Caderno D, Direito em Debate, Defenda a sua Tese, Jornal da Justiça 2ª Edição, Entenda Direito, Jornal da Justiça 1ª Edição, Via Legal, Justiça em Ação e Conhecendo o Ministério Público.

3. A linguagem de televisão

A linguagem de televisão se distingue daquela usada, por exemplo, em um veículo impresso em que é preciso começar o texto com um lead. Caracterizada por combinar o som com a imagem, a televisão tem um jeito próprio de transmitir uma informação. A linguagem, o ritmo e tempo são diferentes.

No instante que toma conhecimento da notícia, o espectador não pode interromper o jornalista pedindo-lhe que esclareça algum ponto não compreendido. Não pode voltar no tempo para recuperar uma frase ou uma informação que perdeu, a não ser que tenha gravado o programa. A comunicação pela TV exige instantaneidade na sua compreensão. (CURADO, 2002, p. 19).

A aplicação do texto em telejornalismo está diretamente ligada à forma como o jornalista escreve. Flávio Prado (2003:64) ensina que o texto tem que ser ritmado e as frases curtas são obrigatórias. “Elas também não podem ficar todas do mesmo tamanho para a leitura não se tornar chata. Outra dica é eliminar as palavras que nada acrescentem à informação”.

No livro *A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo*, Olga Curado (2002:20) afirma que a linguagem de TV pede clareza para não confundir quem escuta

a matéria. O jornalista apresenta a notícia de modo que não apresente dúvidas quanto às informações ao telespectador.

A maneira como a notícia é apresentada não pode despertar dúvidas quanto ao seu significado. Se o telespectador precisar se perguntar se compreendeu o sentido do que ouviu, a notícia não foi dita com clareza. (CURADO, 2002, p. 20)

O Texto na TV: Manual de Telejornalismo também mostra que o uso da linguagem correta, o mais próximo da coloquial e sem o uso de gírias é o sucesso para quem trabalha em TV. Vera Paternostro (1999, p.79) diz que “se as palavras são confusas, desconhecidas, complexas, eruditas, ambíguas, fracas ou específicas, o telespectador simplesmente ignora-as e passa a se fixar na imagem”.

O jornalista que vai trabalhar na televisão precisa tomar cuidado com alguns detalhes pequenos, porém importantes. Um deles: lembrar que numa conversa entre duas ou mais pessoas ninguém suprime os artigos da fala. Os artigos sempre dão mais clareza a frase. (MACIEL, 1995, p.23,24)

Dino Preti (1991:234) diz que o estilo do discurso na televisão, escrito para ser lido, resulta, antes de mais nada, num impasse: “ora se revela elaborado, segundo as convenções mais rígidas da gramática, aproximando-se da língua escrita, ora demonstra claramente sua intenção de aproximar-se da língua falada, na sua sintaxe mais livre, na alta incidência de gíria e até de vocabulário chulo”.

Luciana Bistane e Luciane Bacellar compilaram no livro *Jornalismo de TV* informações importantes para os jornalistas, profissionais que usam da voz como instrumento de trabalho, em especial aqueles que trabalham em TV. “A maneira como articulamos os sons pode ajudar ou atrapalhar a comunicação. Pessoas que não mexem ou mexem pouco a boca para falar não inspiram confiança”.

Para o programa de entrevistas, como o “Contatos” da TV Justiça Dino Preti revela as preocupações diferenciadas dos demais programas:

O programa de entrevistas no estúdio revela uma linguagem preocupada nas duas direções apontadas. Da parte do entrevistador, há o trabalho prévio de produção, que não só se limita à organização da pauta e, portanto à condução do tema, mas também à própria redação de perguntas, que são memorizadas ou lidas no ato. Da parte do entrevistado, por sua vez, também é freqüente a preparação das respostas, que inclui até o modo de dizer, porque, muitas vezes, o entrevistado conhece com antecedência as perguntas que lhe serão feitas. (PRETI, 1991, p. 235).

3.1. “Contatos” de primeiro grau

De acordo com dados disponibilizados por jornalistas responsáveis pelo Contatos, o programa pretende colocar o setor jurídico em conexão com profissionais de outras áreas. Na amostragem definida por esta pesquisadora, foi observado que

fonoaudiólogos, jornalistas de rádio, artistas circense respondem as perguntas feitas pelos convidados, profissionais do Direito. Esses convidados expõem questões específicas do exercício e da atuação de sua profissão.

A primeira exibição do Programa Contatos foi no dia 05 de maio de 2004. De 2004 à 2008 já foram exibidos 34 programas.

Segundo a jornalista Alana Pontes, produtora do programa, a primeira formatação do “Contatos” foi composta por três profissionais da área jurídica, a maioria advogados, e um entrevistado. O programa tinha duração de uma hora, divididos em três blocos e eram gravados quatro programas a cada dois meses, ou seja, a exibição do programa era quinzenal. Os assuntos principais eram distribuídos em cada bloco. Mas para o telespectador não havia essa distinção.

O primeiro apresentador foi o jornalista Carlos Eduardo Cunha, as gravações eram feitas no período da tarde na Procuradoria Geral da República. O cenário do programa era composto por uma bancada semelhante à de um telejornal. O formato era mais sério, todos usavam terno e gravata.

Como os quatro programas eram, na maioria, gravados no mesmo dia, a produção era prejudicada pela agenda dos entrevistados. Em algumas situações era comum o convidado não aparecer, comenta Alana Pontes, produtora do Programa Contatos.

Depois o programa passa para um formato mais descontraído. Sai a bancada e passaram a participar apenas dois profissionais da área jurídica. A produção do programa era feita de manhã e neste momento o “Contatos” era gravado à noite. Muitos

problemas surgiram até que se optou por gravar no período matutino. O apresentador Carlos Eduardo Cunha foi substituído algumas vezes pelo jornalista Rafael Braga.

Para se aproximar a realidade de trabalho do entrevistado, o programa passa a ser gravado no local de atuação do profissional. Mas ainda era imprescindível manter um apresentador e dar a cara do programa, foi escolhida a jornalista Daiane Cortes, que depois de mediar dois programas pediu demissão.

Foi preciso escolher novamente outro apresentador, a conseqüente substituição de apresentadores denigre a imagem de qualquer programa e o telespectador pode perceber que o programa não tem uma identidade. O apresentador tinha que ser um jornalista que mediasse a conversa dos convidados e do entrevistado com mais descontração. Passa a apresentar o programa *Contatos* a jornalista Tatiana Cochlar.

Neste momento o programa sofre mais uma modificação. Depois de uma pesquisa encomendada pela TV Justiça, o programa passa a ter duração máxima de trinta minutos, divididos em três blocos de oito minutos. De acordo com observação desta pesquisadora, também com o objetivo de enriquecer a conversa tanto os convidados quanto o entrevistados passam a ter maior liberdade de opinião dentro do tema principal, que é sempre a profissão do entrevistado. O apresentador é apenas o mediador da conversa, que poderia ser feita na cozinha de casa ou até mesmo no barzinho pela preocupação com o coloquial. E por conseqüência, é permitido o improvisado.

Na TV não se permite improvisado. A qualidade técnica que vai ao ar obedece a um criterioso treinamento de pessoas envolvidas na captação do áudio, no registro

da imagem, na edição e fundamentalmente, na apuração da notícia. (CURADO, 1999, p. 25).

No ano em que essa pesquisa foi realizada o programa ainda não havia passado por nenhuma pesquisa de satisfação do telespectador. A equipe do “Contatos” é quem discute os temas e logo que os entrevistados são contatados dentro da possibilidade de agenda é gravado o programa. A escolha dos convidados é feita por telefone, a produtora conversa sobre o tema escolhido com o profissional do Direito e pede o envio de um breve currículo para analisar se poderá enriquecer a conversa.

A exibição inédita do programa Contatos é na sexta-feira às 23h30. É reprisado às 4h das segundas e às 13h30 das quintas-feiras.

4. O papel social do jornalista

No livro *Elementos do Jornalismo*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003: 22-23) elaboraram uma lista com nove itens fundamentais para o exercício da profissão e que ilustram bem esse espírito de missão:

A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

De acordo com os autores, afastar-se desses princípios significaria o mesmo que abandonar o jornalismo. Cremilda Medina (1982: 24) entende que a rejeição ao caráter da profissão representaria um certo complexo de inferioridade do jornalista que ainda ``não se convenceu de seu papel social e rejeita em bloco esse trabalho de estiva, de pequenos grãos de areia perdidos no deserto".

Michael Kunczik (2001: p. 109) diz que o respeito a esses elementos pode “evitar que as notícias se distorçam e que os jornalistas altamente qualificados utilizem suas habilidades técnicas para manipulação”.

Para Nilson Lage (2001:89) a “ética é o estudo dos juízos de valor (bem/mal) aplicáveis à conduta humana, no todo ou em um campo específico. Moral o conjunto de regras de conduta consideradas eticamente válidas”.

Eugenio Bucci em *Sobre a Ética e imprensa* cita os dez mandamentos de Paul Johnson que devem nortear o trabalho dos jornalistas e também orientar o público:

1. Desejo dominante de descobrir a verdade.
2. Pensar nas conseqüências do que se publica.
3. Contar a verdade não é o bastante. Pode ser perigoso sem julgamento informado.
4. Possuir impulso de educar.
5. Distinguir opinião pública de opinião popular.
6. Disposição para liderar.
7. Mostrar coragem.
8. Disposição de admitir o próprio erro.
9. Equidade geral.
10. Respeitar e honrar as palavras. (BUCCI, 2000, p. 165)

Eugênio Bucci acredita que para melhorar a imprensa é preciso educação, (2000: 203) “não mais educação das boas maneiras, mas a educação para a cidadania”.

Para Raquel Paiva (2002: p.7) os jornalistas devem inserir no cotidiano de trabalho “o conceito de cidadania, razão de existir do jornalismo histórico e objeto a ser cada vez mais conjugado no jornalismo contemporâneo”.

5. **Análise dos programas**

Esta pesquisadora, com a finalidade de ilustrar a discussão, optou por realizar uma breve análise sobre cada um dos programas que compõem a amostragem. Além da “ficha técnica” do programa, são destacadas as perguntas feitas, o cenário da atração, a condução da história e como a cidadania é valorizada.

5.1. Tema: A profissão professor

Apresentador: Rafael Braga.

Convidados: advogado e professor Juliano Costa Couto e também, o juiz do TJDFT Márcio Evangelista Ferreira da Silva.

Entrevistada: Maria Regina Batista Araújo.

Data de Exibição: 25/09/2007

Duração: 47'52”.

Algumas perguntas: A senhora foi motivada por algo especial, alguém da família era educador? Educação ainda é um sonho no Brasil? Porque a maioria dos professores são mulheres? Qual o campo de atuação do psicopedagogo? É possível ensinar a ser ético na escola?

Este programa aborda a importância do educador na vida de uma criança ou de um adolescente. A professora aposentada Maria Regina Araújo compartilha o amor pela profissão no programa Contatos.

Maria Araújo conta que no passado o mercado dava abertura para as mulheres trabalharem como professoras. “Era muito difícil você encontrar uma médica”, complementa. Ela acredita que apesar desse quadro, preenchido em maioria pelas mulheres, ser professor exige o dom de ensinar.

Segundo Maria, a atividade do educador exige o desejo de lecionar, o cuidado especial com os alunos que tem mais dificuldades e também o carinho.

A professora explica aos entrevistadores o campo de atuação de um psicopedagogo. O juiz Márcio da Silva questiona qual profissional pode buscar especialização em psicopedagogia ou se é uma atividade restrita ao profissional da educação. Ela responde que no Brasil já existe cursos específicos de graduação para essa área, mas outros profissionais como os psicólogos e os fonoaudiólogos podem se especializar. “Pode atuar como um psicopedagogo institucional, aquele que ajuda aos professores a detectarem os problemas do aluno ou até mesmo a descobrir as falhas dos professores”, diz.

Maria acredita que é possível dentro da escola passar os valores éticos à criança e que na ausência dos pais a instituição deve integrá-los às atividades dos filhos.

Ela acredita que a má qualidade do ensino brasileiro está ligada à desvalorização do educador. “É preciso valorizar o professor com melhores salários e melhores

condições de trabalho, para que ele busque uma especialização ou até mesmo compre um bom livro”, ressalta.

Maria Araújo afirma que a comunidade e até mesmo os pais podem ajudar na manutenção da escola e que não é só papel do Estado zelar pela educação. “Se o pai contribui com alguma coisa aquela torneira que está quebrada há dias pode ser reparada”, comenta.

O programa durou quarenta e sete minutos e cinqüenta e dois segundos. Foi gravado provavelmente na Procuradoria Geral da República. O programa apresenta um formato mais sério e os recursos de movimento de câmera não são muito explorados. Faltou um pouco de produção quanto ao conteúdo informativo, por exemplo, falar o que os professores podem utilizar como recurso para elevar e motivar o aluno a estudar.

5.2.Tema: A rotina do jornalista de rádio

Apresentadora: Tatiana Cochlar.

Convidados: Flávia Calet, advogada da área de Direitos Humanos, o professor de Direito Civil João Paulo Santos e o jornalista da CBN Estevão Damázio.

Data de exibição: 14/11/07

Duração: 54'43”

Algumas perguntas: Como surgiu a paixão pelo rádio? Qual o objetivo de colocar a câmera no estúdio. É de se aproximar ao ouvinte? Você gosta de ser uma voz? A questão da vaidade. Você é cuidadoso com a voz? As pessoas te reconhecem?

O programa começa no estúdio da CBN Brasília, reduto do âncora Estevão Damazio por pelo menos três horas por dia. Ele tinha um dilema ser dentista, como a maioria da família ou jornalista, que sempre gostou. A química o levou a ser jornalista.

Em seguida, ele conta a rotina do programa CNB Brasília é do estúdio onde foi gravada a entrevista, que são feitas as “entradas” dos jornalistas. A primeira 9h40 ele está à frente, com três repórteres que entram no programa com notícias do dia.

No estúdio de rádio tudo acontece. Damazio acredita que a câmera tem o objetivo de satisfazer a curiosidade do ouvinte e também agregar um valor a mais. Ele afirma que a orientação de São Paulo é de que a rotina (bagunça) não deve mudar e chegar à formalidade da TV.

Ele não pensa no mito de ser um a voz, acha que a relação com o ouvinte se dá diariamente. “Eu não tenho medo de câmera, mas eu preferia continuar assim, sem câmera”, diz.

As pessoas o reconhecem e ao ser abordado nas ruas fica tímido. Ele acredita que deveria ser mais cuidadoso com a voz, procura sempre hidratar bebendo água o dia inteiro, mas quando sai do estúdio bebe água gelada por causa do calor de Brasília. Ele acha que o fonoaudiólogo é importantíssimo para um jornalista.

Damazio recebe muitos e-mails e procura responder a todos. Segundo ele, essa intimidade com o ouvinte é comum porque o rádio entra na casa de todo mundo. Quando um ouvinte liga para desabafar ele evita conversar porque não acha que é papel da CBN como outras rádios populares fazem.

Ele fala que a profissão do jornalista de rádio ganhou muito com a chegada do telefone. Enquanto o rádio dá a notícia na hora, o jornal só chega à casa do leitor no outro dia. Damazio comenta que o rádio é ágil e não tente a perder espaço diante da internet, por exemplo. “Cada veículo tem o seu público, tem o cara que gosta de ler o jornal de sujar a mão”, ressalta.

Flávia Calet comenta sobre pesquisa de uma antropóloga na Amazônia de que a população quando recebe o dinheiro compra peixe e pilhas para o rádio. Damazio complementa que esse é o fantástico do rádio: presta serviço público.

Ele cita que a importância do rádio para Brasília agora se dá com o problema de engarrafamento. “O trânsito está começando a atingir o ouvinte”, diz. Ele reclama que a voz do Brasília é veiculada no horário de rush.

Flávia Calet afirma que as rádios comunitárias prestam serviço público para a população, que intervêm nela diretamente. Na CBN Brasília há a preocupação de atender a população nos problemas, por exemplo, com o buraco na rua e a população responde se foi atendido o pedido ou não.

O programa porque foi dinâmico. Os advogados cumpriram a função de diálogo direto com o entrevistado. A apresentadora não fez muitas intervenções, apenas mediou à conversa.

5.3.Tema: A difícil vida no circo

Apresentadora: Tatiana Cochlar.

Convidados: advogados Décio Afrânio e André Costa Oliveira e, o ator e proprietário de Circo, Marcos Frota.

Data de exibição: 30/11/07

Duração: 57' 53".

Algumas perguntas: Como surgiu o circo na sua vida? O que você faz para manter toda a estrutura desse circo? Você tem um médio circo; quer passar essa tradição em casa para os filhos? Você concorda com o uso de animais em circos?

O programa fala da vida do Marcos Frota no Circo. Ele começa explicando como o circo surgiu na vida do ator Marcos Frota e quando nasceu o *Circo Popular do Brasil* que mantém até hoje. Durante o programa os advogados e a apresentadora comentam da estrutura do picadeiro do Marcos Frota e questionam como ele faz para mantê-lo.

O ator fala do imaginário que o circo cria nas pessoas e comenta também que o circo dificilmente deixará de existir. Ele lembra que o circo é a arte do gesto e que optou por não trabalhar com animais. Marcos Frota lembra que o animal é a tradição do circo, mas que hoje é muito difícil mantê-los. Ele diz que o circo tem suas próprias leis, não segue nenhum alvará de funcionamento. “É expressamente uma democracia, é possível todo mundo ser feliz aqui”, comenta Marcos Frota. Eles comentam também do

fascínio que o palhaço criou no imaginário das pessoas e também dos meninos de rua que fazem malabares em semáforos.

O programa tem duração de cinqüenta e nove minutos e cinqüenta e três segundos. Foi gravado no picadeiro do circo do Marcos Frota. O ambiente é descontraído, artistas circenses em segundo plano ensaiam números do espetáculo e os advogados convidados vestiam roupa social. O telespectador não teve a oportunidade de entender de fato porque e como os animais agora são proibidos em apresentações de circo. É mencionado sim os problemas de maus tratos com os animais em circos no Brasil. Não foi exposta ao telespectador a média de circos que ainda usam os animais como atração, como chegou à Justiça a proibição de animais em circos, o que uma pessoa pode fazer se presenciar condições precárias e de maus tratos com os bichos em circos que se apresentam no Brasil. A apresentadora em um momento do programa, enquanto conversa com o ator Marcos Frota, se distrai e observa os artistas circenses subindo em pilares fixados ao chão. As imagens são gravadas em plano fechado e em plano americano. O programa não se torna tão cansativo porque os bailarinos ao fundo dão movimento à imagem. Além disso, Marcos também consegue ser enfático, chamando o telespectador a vivenciar o circo.

5.4.Tema: Aquecimento global

Apresentação: Tatiana Cochlar.

Convidados: Renata Viana, especialista em Processo Civil e o professor de Direito Tributário Cristiano Corrêa.

Entrevistada: geógrafa Ercilia Torres Steinke, trabalha no laboratório de climatologia da UnB. É doutora em Ecologia e mestre em recursos hídricos.

Data de exibição: 18/01/2008

Duração: 57'14".

Algumas perguntas: Por que em Brasília está chovendo mais tarde? Essa mesma pesquisa funciona para outros estados? Qual a diferença entre climatologia e meteorologia? A gente aprende na escola que no Brasil não existe tragédia natural: fato ou mito? Do que trata exatamente a geografia?

O programa inicia com o debate: O tempo está mais quente em Brasília? Ercilia Steinke comenta que no Distrito Federal há uma característica que não permite perceber a mudança do sistema atmosférico.

A geógrafa Ercília explica que Brasília ainda é muito nova, os registros ainda são muito novos, datados em apenas 48 anos. Segundo ela, a chuva não está não está atrasada.

Ela fez uma análise das conseqüências das chuvas e da temperatura no DF desde a fundação. A média de chuva em Brasília é de 1.552 milímetros. Ercília explica que funciona como um ciclo, de dez em dez anos, a pesquisa mostra que Brasília fica acima e abaixo dessa média o que é considerado por ela um parâmetro normal.

Por ser geógrafa o trabalho dela vai além dos índices de chuva apresentada em Brasília. Ela utiliza os parâmetros de chuva apresentados nos últimos anos para estudar as conseqüências da chuva para a população brasiliense.

Segundo Ercília, os desastres são previstos em época de chuva e o governo é responsável pelas conseqüências desses eventos.

A advogada Renata Viana afirma que o governo tem que se fazer dirigente para fazer valer e evitar danos a população.

Ercília explica que são muito comuns os alagamentos nas tesourinhas por causa das calhas que não recebem um tratamento no decorrer do ano e também pela disposição geográfica da cidade, por se localizar no plano mais baixo a água da chuva escoar para essas regiões causando desconforto e acidentes.

Ela afirma que os desastres estão crescendo, mas a chuva continua a mesma. “O que acontece é que a cidade está crescendo, a urbanização é a culpada”, diz.

Ercília explica que no Sul do nosso país é mais comum a formação de tornados por causa da presença de duas correntes de ar que se encontram naquela região.

Cristiano Corrêa pergunta como a profissão da entrevistada pode ajudar os agricultores nas ocorrências de fenômenos naturais. Ela explica que o trabalho do geógrafo que trabalha com a climatologia ajuda a definir quais são os tipos de agricultura propícia para o solo adequado ao tempo.

Ercília reclama dos erros da imprensa ao informar o tempo. Por exemplo, citar que Brasília tem clima de deserto é errado. O clima de deserto é caracterizado pela

quantidade anual de chuva. A umidade relativa indica o quanto falta para chover. É errado falar índice de umidade relativa, o correto é falar valor de umidade relativa.

A geografia trabalha o espaço e por isso, é uma área ampla. O geógrafo tem trabalho em várias áreas, principalmente com o advento das questões ambientais.

Segundo Ercília, ainda é cedo para dizer que a mudança climática no mundo é causada principalmente pelo mundo. Ela afirma que o desenvolvimento sustentável é uma soma de várias ações e para acontecer a desigualdade social deve ser minimizada.

O programa trata de assuntos muito interessantes, mas se torna muito cansativo pela disposição das câmeras e foco quase que total do entrevistado que fala incansavelmente.

5.5. Tema: Os cuidados dos profissionais da voz

Apresentação: Daiana Cortes

Convidados: advogados Saul Tourinho e Lucia Brito de Oliveira e a fonoaudióloga Maria Lucia Torres da TV Globo Brasília.

Data de exibição: 25/01/2008

Duração: 59' 27".

Nesse programa foi abordada a importância da voz para os profissionais que dependem dela como instrumento de trabalho. Advogados, professores e jornalistas. A fonodíloga Maria Lucia Torres dá dicas interessantes do que é preciso fazer para minimizar o cansaço da voz quando exposta por longos períodos. Evitar bebidas muito geladas, ingerir durante o dia pelo menos dois litros de água para hidratar as cordas vocais, evitar ar condicionado, cigarro, bebidas alcoólicas e não comer muito antes de expor a voz por muito tempo. O envelhecimento da voz, a mudança da voz na puberdade, a suavização de sotaque também são mencionados no programa. A fonodíloga recomenda ao telespectador a procurar um profissional para solucionar esses problemas.

Durante quase uma hora de entrevista também é falado da mudança da voz na fase da puberdade e que alguns adolescentes enfrentam preconceito entre colegas de escola. Maria Lucia Torres diz que essa mudança é muito comum e não é a única durante a vida. Quando envelhecemos a voz também envelhece. Exercícios de voz diários, as vezes até três vezes ao dia, retardam esse envelhecimento.

O programa teve duração de cinqüenta e sete minutos e vinte e sete segundos, divididos em três blocos. Foi gravado provavelmente no consultório da fonoaudióloga e os entrevistados ficam dispostos em um semi-circulo. Nesse programa é difícil perceber se os advogados estão na posição de entrevistadores, entrevistados ou apenas figurantes. Eles falam pouco e a apresentadora não é a mediadora da conversa, algumas vezes ela interrompe as perguntas dos advogados. Daiane Cortes durante todo o programa é quem mais fala. Percebe-se que não foi escolhida uma pauta para esse programa. Não foi mencionado, por exemplo, como uma pessoa que não tem

condições de pagar uma consulta fonoaudiológica pode assegurar o seu direito a assistência do profissional da voz. Apenas citam a necessidade de integrar o profissional de fonoaudiologia na rede pública de saúde. Os advogados poderiam ter comentado o que falta para que esses profissionais estejam disponíveis a população mais carente.

Pelo programa ter sido gravado em “estúdio” acompanhar toda a entrevista é muito cansativo (o fundo é bege), levando o telespectador a mudar de canal. As imagens estão em plano fechado. Uso freqüente de zoom in e zoom out.

5.6.Tema: A vaidade com os cabelos

Apresentadora: Tatiana Cochlar.

Convidados: advogados Marcelo Chaul e Sueny Almeida e o cabeleireiro Sthephany Gomes.

Data de exibição: 22/02/2008

Duração: 49'.

Vaidade. De todos os profissionais que trabalham a beleza de homens e mulheres, o cabeleireiro ainda é o mais acessível de todos. Ele é capaz de mudar um visual de uma pessoa em poucas horas e até mesmo em minutos. Esse é o tema do programa Contatos.

O cabeleireiro Sthephany Gomes conta a relação dele com a vaidade e como surgiu o interesse em trabalhar com os cabelos. Sthephany além de comentar como trabalha a vaidade das pessoas mudando corte ou até mesmo a textura do cabelo, lembra que muitas pessoas buscam um cabeleireiro para alcançar um padrão de beleza que nem sempre as pessoas podem sustentar por falta de atitude. Durante o programa o cabeleireiro cita um exemplo comum aos profissionais de beleza. Uma mulher morena que é muito tímida e que sonha em ter os cabelos loiríssimos dificilmente vai se sentir bem com o novo visual porque não tem atitude.

Sthephany comenta que com o passar dos anos, a relação do cabeleireiro e cliente foi segmentada. “Só trabalho com hora marcada, não atendo uma pessoa que entra por acaso no meu salão sem marcar hora”, diz. Em qualquer salão é comum encontrar o típico cenário: um lava e seca, outro corta e um terceiro pinta.

O cabeleireiro deixou a mega estrutura de salão de beleza em um hotel de Brasília para ocupar espaço em um shopping da cidade. O espaço é muito menor e a disposição dos espelhos possibilita que ele monitore tudo que é feito. O número de funcionários também diminuiu e não sonha em fazer com franquias.

Durante o programa questionam ao entrevistado se o crescimento de cursos estéticos é um avanço para regulamentação do cabeleireiro. Sthephany acredita que é positiva a idéia, mas acha muito complicado a idéia de regulamentação sem ter uma pessoa qualificada para ensinar.

O entrevistado é autor do livro *A guerra dos espelhos*. O livro conta os bastidores do trabalho de Stephany Gomes durante a Ditadura Militar e como era a relação com as primeiras-damas.

O programa teve duração de quarenta e nove minutos. O cenário foi o salão do cabeleireiro Stephany Gomes (fundo branco). O programa ficou muito cansativo e o tema não foi bem explorado. Uma informação relevante para o telespectador era mencionar o crescimento de processos contra profissionais de beleza e o pedido de indenização por dano moral- estético de direito àqueles que necessitam da estética como objeto de trabalho (jornalistas de televisão e modelos).

A discussão da regulamentação de escolas de ensino para os cabeleireiros ficou somente na opinião do Stephany Gomes, os advogados poderiam ter comentado o que esses profissionais tem a ganhar com a criação de escolas. Também poderiam ter comentado como o consumidor deve agir ao procurar o serviço de um cabeleireiro. Por exemplo, em Formosa no ano passado uma mulher morreu depois de ter feito escova progressiva em um salão de beleza da cidade. O programa deveria explicar o que está previsto no Direito do Consumidor para evitar problemas muitas vezes irreversíveis. A Anvisa recomenda ao consumidor consultar no salão de beleza a data de fabricação do produto e observar também as substâncias contidas no recipiente.

5.7.Tema: A paixão pelo Cinema

Entrevistado: Diretor de fotografia de cinema Fernando Duarte.

Convidadas: advogadas Daniela Diniz e Vivian Chagas.

Apresentação: Tatiana Cochlar.

Iluminador: Rosa

Aulixiar Osmar.

Data de exibição: 14/03/2008

Duração: 56'09".

Algumas perguntas: Como a fotografia entrou na sua vida? A estética do cinema novo, qual a função do diretor de fotografia? Se for um filme grande você prefere câmera ou fotografia?

Fernando Duarte leva uma vida diferente da maioria dos diretores de cinema. A residência dele não segue o padrão imaginado como ideal para um diretor de cinema com equipamentos e ilhas de edição dos mais modernos, uma casa totalmente tecnológica etc. Ele mora no campo e odeia apartamentos. O cenário da entrevista foi feito na varanda da casa com árvores e plantas por todo lado. A mesa lascada do tempo serve de apoio para o cafezinho e para o prato cheio de acerolas colhidas um pouco antes da entrevista. Os pássaros cantam durante toda a conversa.

Veio para Brasília 1968 se apaixonou e casou em apenas uma semana. Em seguida, foi convidado para fundar o curso de cinema da Universidade de Brasília. Anos depois o curso foi extinto e as aulas de cinema foram incorporadas ao curso de comunicação. "Cinema é uma praga, ninguém consegue acabar", diz ele.

Duarte afirma que é muito doloroso esses sobes e desces do cinema no Brasil. Ele diz que as pessoas que trabalham com o cinema não ganham com o cinema. O custo de produção de um filme do cinema novo era mais barato, era feito com o financiamento que você pagava ao banco (particular).

Em prol do cinema já foi até avalista e teve que pagar a dívida do empréstimo porque o filme não deu certo. “É um filme sobre o período de ditadura, que fazia oposição ao governo. Tinha a motivação de participar da atividade brasileira”, comenta.

O diretor de fotografia é o interprete do diretor de roteiro. Se for um filme grande ele prefere não fazer câmera.

O segundo bloco começa cheio de lembranças. Muitas fotos espalhadas na mesa e a primeira foto é analisada. Trata-se da gravação do filme Litoral, filmado na região de Angras. A época havia uma tribo nessa região, uma empresa americana comprou aquele terreno e queriam retirar os índios do locais. Com o filme os índios tiveram o direito de se manter a moradia naquela região de Angras e a empresa foi obrigada a ceder as terras aos nativos. A câmera que foi usada é chamada de blipada, que fazem barulho e são muito pesadas. Na mão o fotômetro para fazer a leitura da luz, que não é muito diferente do usado até hoje, a única distinção é que o usado por Fernando era analógico.

Ele mostra uma antiga máquina fotográfica que utilizava uma chapa que registrava as imagens. Duarte conta que a diferença entre uma câmera moderna para a antiga é a qualidade e o tamanho do negativo, que segundo ele, são melhores na câmera antiga.

Duarte teve muita resistência para aceitar a mudança. “Não posso andar com uma câmera dessas no bolso (antiga), essa posso (moderna)”.

O diretor cinematográfico ensina durante a entrevista os recursos para filmar uma cena em dia de sol e parecer noite. Um dos recursos é fechar o diafragma.

A advogada questiona como é o relacionamento do diretor com o resto da equipe. Ele explica que tudo é muito direcionado e que normalmente uma equipe de filmagem não tem menos que quarenta pessoas. “O diretor de fotografia é o goleiro de futebol”, afirma.

Duarte comenta dos grandes cineastas brasileiros e que os filmes do cinema novo praticamente só usavam a luz natural. E que os erros na maioria, não era considerados erros pela crítica de cinema.

5.8.Tema: Tratamento do câncer com menos agressão

Apresentadora: Tatiana Cochlar.

Convidados: advogadas Mariana Setúbal e Aline Olivera e a médica oncologista Luci Ishii.

Data de exibição: 28/03/2008

Duração: 26'.

Algumas perguntas: Quais as causas do câncer? O paciente deve usar antidepressivo? Você indica alguma leitura sobre o câncer? Existe algum tipo de câncer que seja mais comum por causa da nossa cultura?

Nesta exibição a apresentadora e as duas advogadas convidadas vão ao consultório da médica oncologista para falar do câncer, em especial o câncer de mama.

A decoração do consultório é o primeiro aspecto da entrevista. Na sala da médica o destaque para os acessórios laranjas. Aparelho de telefone, cadeiras, retrato. Luci Ishii, que é descendente de asiáticos explica que o laranja é uma cor alegre, que emite boas vibrações e lembra os monges. Essa é uma das maiores preocupações da médica que diagnostica o câncer em mulheres. “O diagnóstico do câncer já traz muito sofrimento”, cita a médica.

Ela acredita que a forma como a paciente encara o câncer é importante. É necessário que a pessoa que está com o câncer tenha vontade de vencer. Na maioria dos casos é indicado acompanhamento psicológico. Luci Ishii lembra que o câncer não é o fim da vida.

Durante a entrevista a médica é consultada quanto às causas do câncer. Ela explica que o câncer pode ser gerado por aspectos químicos, físicos e biológicos. Por exemplo, a má alimentação pode gerar o câncer do estômago. Ishii cita que em 70% dos casos é possível minimizar as chances de adquirir um câncer de estômago com ao evitar embutidos e comidas com corantes. Pode ser transmitido por vírus: HPV, vírus da hepatite B e C. Também por fungos, como o do amendoim quando mal condicionado.

A médica comenta que no Instituto Luci Ishii o objetivo principal é humanizar o tratamento do câncer e o serviço é gratuito. Há disponível para as pacientes perucas em várias cores e tamanhos e também são ensinadas a se maquiar. As cabines de tratamento de quimioterapia são individuais, onde podem ver televisão, ler um bom livro, checar os e-mails, ou seja, tudo para que não se atenham ao processo de tratamento que é doloroso.

A médica fala que o portador de câncer tem direito a várias isenções tributárias que muitas vezes pode ajudar o paciente a comprar remédios caros. A lei 8.922 permita a retirada o FGTS, PISPASEP. Militares também tem um tratamento diferenciado, quando considerados inválidos podem se aposentar por invalidez (doença) e o salário é aumentado a uma patente acima. A médica Mariana Setúbal acha que o médico é o primeiro profissional à esclarecer o paciente dos direitos que ele tem.

Luci Ishii indica a leitura do livro da advogada Antonieta Barbosa Câncer, Direito e Cidadania. A autora do livro é advogada e teve câncer, o livro traz uma compilação das principais leis de cada Estado.

A apresentadora cita que recentemente foi ampliado a rede de atendimento do paciente, hoje ele tem direito a um tratamento com oncologista, psicólogo e nutricionista.

Alguns tipos de câncer são mais comuns nas regiões do nosso país. Câncer de colo de útero é muito comum no nordeste. Câncer de pele é mais comum nas cidades litorâneas.

No sul as pessoas bebem muito chimarrão, comem muita carne vermelha e ingerem bebidas alcoólicas o que provoca câncer de esôfago e intestinal.

A advogada Maria Setúbal questiona se o Estado deveria produzir campanhas de prevenção ao câncer como já fazem contra a Aids. A medica acha que o Estado e toda a sociedade é responsável por transmitir ao próximo informações sobre o câncer.

As advogadas também falam que agora é obrigatória a reconstituição mamária tanto nos hospitais particulares e quanto nos públicos.

6. Conclusão

Com base na análise dos oito programas exibidos no segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008 o programa “Contatos” cumpre a missão de colocar os operadores do Direito em contato com a realidade de trabalho e com a rotina de profissionais de outras áreas.

O objetivo do programa é que os advogados convidados a entrevistar outros profissionais possam conduzir a entrevista. Para isso é necessário que os operadores do Direito conheçam e entendam como se dá o trabalho de cada profissional. Assim ele poderá trazer na entrevista aspectos que são mais particulares de cada profissão. Como no programa em que a médica oncologista Luci Ishii é estimulada a falar dos direitos que os pacientes portadores do câncer.

O programa atende ao eixo editorial cidadania da TV Justiça. É abordado em cada programa os aspectos particulares de cada profissão, incluso as dificuldades que eles encontram para melhorar a qualidade de trabalho. Nos oito programas participaram 16 operadores do Direito, oito mulheres, sete advogados e um juiz. Dos oito entrevistados, sete deles possuía terceiro grau completo, divididos em quatro mulheres e quatro homens. O que falta ainda para que o programa mantenha a qualidade de entrevista é o cuidado durante a produção dele. Falta um pouco de apuração dos conhecimentos dos entrevistados acerca do assunto. Além disso, é preciso que sejam delimitados os pontos importantes para cada entrevista, assuntos que não podem ficar fora da pauta e que muitas vezes são esquecidos durante a conversa.

Por se tratar de um programa de entrevista é necessário que as imagens criem movimento. Assistir ao programa se torna cansativo quando o foco é centralizado em um ou dois dos participantes. É preciso dinâmica para que o programa se torne mais prazeroso.

Referências bibliográficas

CÂMARA, Agência. Disponível em:

<<http://200.226.127.23/artigos/asp16092003996.htm>> Acesso em: 22 abr. 2008.

BARBEIRO, Heródoto. LIMA, Paulo Rodolfo. Manual de Telejornalismo: Os segredos da notícia na TV. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. Jornalismo de TV. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

BUCCI, Eugenio. Brasil em tempo de TV. São Paulo, Bointempo, 1997.

COSTA, João Roberto Vieira. Comunicação de interesse público: idéias que movem pessoas e fazem um mundo melhor. Editora Blocker, São Paulo, 2006.

KOVACH, Bill e Rosenstiel, Tom. *Os Elementos do Jornalismo - O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo, Geração, 2003.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Editora record, RJ, 2001).

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A melhor TV do mundo: O modelo britânico de televisão. Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 1997.

MACIEL, Pedro. Jornalismo de Televisão. Porto Alegre, 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia - Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo, Ática, 1986.

MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

NOVAES, Aduino. Câmara Brasileiro do Livro, São Paulo, 1991.

PRADO, Flávio. *Ponto Eletrônico: Dicas para fazer telejornalismo com qualidade*. Editora Limiar, São Paulo, 2003.

TVJUSTIÇA. Disponível em: <www.tvjustica.gov.br>. Acesso em: 19 fev. 2008.